



THE FORESTS DIALOGUE

TFD STEERING COMMITTEE 2008

Mubariq Ahmad
WWF - Indonesia

George Asher
Lake Taupo Forest Trust -
New Zealand

Mohamed Bakarr
World Agroforestry Centre

Marcus Colchester
Forest Peoples Programme

Gerhard Dieterle
The World Bank

Peter Gardiner
Mondi

William Ginn
The Nature Conservancy

James Griffiths, TFD Co-Leader
World Business Council for
Sustainable Development

Peter Kanowski
Australian National University

Matti Karjula
Stora Enso

Mikhail Karpachevskiy
Biodiversity Conservation Center -
Russia

Lars Laestadius
World Resources Institute

Stewart Maginnis, TFD Co-Leader
World Conservation Union (IUCN)

James Mayers
International Institute for
Environment and Development
(IIED)

Cassie Phillips
Weyerhaeuser Company

Carlos Roxo
Aracruz Celulose

Antti Sahi
Confederation of European Private
Forest Owners

Liz Sandler
American Forest Foundation

Roberto Smeraldi
Amigos da Terra - Amazonia
Brasileira

Ken Strassner
Kimberly-Clark

William Street, Jr.
International Association of
Machinists

Justin Ward
Conservation International

Emmanuel Ze Meka
International Tropical Timber
Organization

Gary Dunning
Executive Director
The Forests Dialogue

Diálogo sobre Plantios Arbóreos de Manejo Intensivo no Brasi

13 – 17 de abril de 2008 - Vitória (Espírito Santo) e Mucuri (Bahia), Brasil

Relatório dos Dirigentes

James Griffiths, André Guimarães, Peter Kanowski, Carlos Roxo

De 13 a 17 de abril de 2008, O The Forests Dialogue (TFD) reuniu 43 líderes internacionais da indústria de produtos florestais, da área financeira e de investimentos, de organizações trabalhistas, da comunidade de ONGs, da área acadêmica e do governo, além de pequenos proprietários de reflorestamentos, indígenas e comunidades rurais dos estados do Espírito Santo e da Bahia, no Brasil, para visitas aos locais de trabalho e diálogo sobre plantios arbóreos de manejo intensivo (IMPF na sigla em inglês)..

A reunião foi o evento final da série sobre IMPFs do Diálogo das Florestas. Após uma reunião para o estabelecimento de objetivos, realizada em Gland, na Suíça, a série seguiu o formato de uma visita de campo associada a um diálogo, inicialmente na China, em 2006, e depois na Indonésia, em 2007. Resumos e apresentações dos diálogos estão disponíveis no site www.theforestsdialogue.org/ifm.html.

IMPFs e o Brasil: Antecedentes e Tendências

Dos 851 milhões de hectares de território brasileiro, a Floresta Amazônica ocupa 345 milhões de ha, as pastagens ocupam 220 milhões de ha e 106 milhões de ha são constituídos por terra disponível para a agricultura. Os plantios arbóreos ocupam 6 milhões de ha, representados principalmente por bosques de eucaliptos, utilizados para produção de polpa e de papel. Em sua maior parte, as IMPFs são destinadas à produção de polpa (72% das de eucalipto e 77% das de pinus), carvão para a indústria siderúrgica (22% das de eucalipto e 7% das de pinus) e produtos madeireiros (5% das de eucalipto e 7% das de pinus).

Embora as IMPFs ocupem menos de 0,65% da base territorial do País, há uma projeção de expansão do setor nos próximos anos. Os setores de papel e polpa vêm crescendo rapidamente no Brasil, com as exportações totalizando US\$ 6,1 bilhões em 2007. As exportações cresceram 18% em 2007, com um crescimento projetado de outros 12% até o fim de 2008. Uma silvicultura de alta tecnologia, aliada a uma cadeia de suprimentos bem desenvolvida e condições favoráveis de cultivo, contribuem para a alta produtividade e eficiência e dão à madeira brasileira, seja ela dura ou macia, uma vantagem competitiva natural. O Brasil é responsável por 58% da produção mundial de polpa de eucalipto, é o 6º produtor mundial de polpa e o 11º de papel. O setor gera 110 mil empregos diretos e 500 mil empregos indiretos.

A expansão do setor de IMPFs desenvolveu-se ao longo dos últimos 40 anos e encontra-se concentrado principalmente na região da Mata Atlântica, onde também se localizam algumas das comunidades indígenas rurais e quilombolas. A maior parte da Mata Atlântica desapareceu há séculos, com a ocupação humana, desmatamento ilegal e substituição da cobertura florestal por pastagens, sobre as quais só recentemente foram

implantadas IMPFs. O frágil sistema de direitos de posse no Brasil tem conduzido a posses incertas e a uma grande concentração da propriedade da terra, o que vem causando sérios impactos sociais. A posse das terras continua a trocar de mãos na medida em que os desdobramentos legais em curso mudam o status da terra (ex. novas demarcações de terras indígenas) e criam novos direitos, como os referentes às comunidades quilombolas. As disputas pela posse das terras é complicada pela reforma agrária, pela ação dos grileiros e pelo fato de que 70% das propriedades rurais na área da Mata Atlântica não contam com a titulação definitiva ou com a documentação adequada. Embora a expansão das IMPFs venha ocupando principalmente as antigas pastagens, terras desocupadas ou utilizadas pela agricultura, as comunidades rurais percebem que ela provocou um afastamento da agricultura de subsistência e deixou-as com alternativas econômicas limitadas. A falta de acesso ao crédito para pequenos agricultores e para as comunidades indígenas e rurais e a falta de envolvimento governamental têm limitado muito as opções de desenvolvimento. Apesar desses desafios, as comunidades estão trabalhando para gerar desenvolvimento econômico, às vezes em parceria com as empresas.

O rápido crescimento do setor de polpa e papel vem obrigando as companhias a desenvolver programas de produtores fomentados, com aproximadamente 15% do suprimento da fibra de IMPFs sendo fornecido por esses pequenos produtores rurais. O setor tem crescido rapidamente nos últimos anos e constitui uma importante área de crescimento projetado para as companhias. Apesar de esses programas proporcionarem emprego e oportunidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, sua administração apresenta enormes desafios logísticos. Diferenças quanto a direitos e benefícios oferecidos aos fomentados (comparados aos dos empregados permanentes) continuam sendo uma fonte de tensão.

A legislação ambiental brasileira estipula que proprietários de terras precisam aderir a requisitos de conservação que incluem a formação de reservas legais (RLs) e áreas de preservação permanente (APPs). Os requisitos mínimos de preservação variam de região para região, desde um mínimo de 80% para a Região Amazônica até 20% para as demais regiões do País; APPs constituem outros 15%. Enquanto a extensão média de área protegida nas IMPFs é 35% da propriedade, algumas companhias destinam até 50% da área total para conservação. Na prática, as companhias de reflorestamento constituem um dos poucos setores da economia que respeitam a legislação. A floresta nativa na região continua ameaçada pela extração de lenha e carvão vegetal, situação agravada pela falta de regulamentação nos setores do carvão vegetal e do aço. O desmatamento ilegal da Amazônia continua, devido à falta de ação governamental. A concentração fundiária e o foco no desenvolvimento da monocultura em desfavor da diversificação de espécies, também impactam a biodiversidade. Não há colaboração significativa entre os diversos ministérios para o zoneamento, alocação e planejamento do uso do solo, nem incentivos aos proprietários de terra.

As mudanças no ambiente econômico no Brasil provocaram uma expansão do setor de IMPFs muito mais rápida do que o antecipado pelo governo. A expansão tem sido liderada por companhias produtoras de polpa e papel, que investiram US\$ 12 bilhões na década passada. Enquanto o capital estrangeiro e investidores brasileiros interessados em converter pastagens degradadas em IMPFs são atraídos por uma economia em fase de fortalecimento e pela estabilidade do governo, baixo risco econômico e político têm significado lucros mais baixos. Os custos para operar no Brasil dobraram e a incidência de invasões vem provocando, da mesma forma, o aumento dos riscos sociais. Há muito poucos investidores no mercado e linhas de crédito de longo prazo constituem um fenômeno recente.

O Programa

Os dois primeiros dias foram dedicados a visitas às propriedades da Aracruz e da Suzano e a encontros com comunidades locais. Durante visitas às plantações, foram mostrados ao grupo operações industriais, um local onde se realizava a derrubada de árvores e uma área de reserva protegida. Uma visita a uma área em que os agricultores plantam milho, feijão e mandioca em consórcio com eucalipto demonstrou as possibilidades de integração da produção madeireira e de alimentos. Discussões com pequenos proprietários de áreas reflorestadas proporcionaram informações de primeira mão sobre os arranjos entre os fomentados e as companhias. Reuniões com produtores de carvão e cooperativas de costureiras proporcionaram ao grupo uma visão das iniciativas relativas à criação de empregos locais. Visitas a uma carvoaria ressaltaram os desafios



Co-Chairs André Guimarães e Peter Kanowski

enfrentados pelos produtores legalizados de carvão. O grupo foi informado sobre as perspectivas indígenas mediante uma breve sessão de perguntas e respostas com um índio pataxó, além de uma longa discussão com a comunidade Tupiniquim-Guarani sobre os planos a respeito de terras até há pouco de posse da Aracruz e que foram declaradas terras indígenas pelo governo.

Nos dois dias de diálogo que se seguiram, foram feitas apresentações por diversos stakeholders, bem como atualizações sobre as iniciativas referentes a reflorestamento em progresso, conduzidas pela FAO, FSC e Cerflor (o programa brasileiro de certificação). O diálogo também incluiu uma apresentação de comunidades quilombolas, que são os descendentes dos habitantes de antigos quilombos.



Paralelos com prévios diálogos sobre IMPFs

As visitas de campo no Brasil proporcionaram uma chance de se observar, em primeira mão, as oportunidades e desafios das operações com IMPFs. Participantes antigos tiveram condições de avaliar o exemplo brasileiro à luz das conclusões que haviam emergido nos diálogos anteriores. Os seguintes fatores de influência e dinâmicas do desenvolvimento nas IMPFs da Indonésia e da China foram também consideradas fundamentais no contexto brasileiro:

- ➔ Marginalização das comunidades como resultado, em parte, da falta de segurança da posse da terra.
- ➔ Conflito social como resultado de governança inadequada.
- ➔ Responsabilidade social corporativa como meio de suprir deficiências de governança.
- ➔ Escala como determinante de escolhas.
- ➔ Organização da força de trabalho e arranjos contratuais com as populações locais visando ao suprimento de matéria-prima para as usinas de beneficiamento.



Miriam Prochnow

A insegurança da posse da terra e dos direitos de uso – desafio fundamental para as operações sustentáveis com IMPFs na China e na Indonésia – constituem problema também no Brasil. Com a maior parte das terras produtivas concentradas nas mãos de poucas companhias, os quilombolas e membros das comunidades indígenas sentem que estão cercados de IMPFs e confinados a áreas cada vez menores. Eles compartilham preocupações com respeito à saúde ambiental e segurança das terras com IMPFs. Vivendo abaixo da linha de pobreza, eles voltaram-se para a produção de carvão vegetal com madeira de florestas nativas e resíduos de eucalipto como única fonte de renda. Com terras insuficientes, baixos níveis de produção rural e extremamente limitado acesso a crédito e financiamento, muitos proprietários rurais não têm sido capazes de prosseguir com a tradicional agricultura de subsistência (café, cacau, etc) e vêm optando por vender suas propriedades para companhias de IMPFs.



Li Nu Yun, Antti Marjokorpi, e Emmanuel Ze Meka

A transferência da terra é complicada pela presença de grileiros, intermediários que, em alguns casos de forma ilegítima, adquirem títulos de propriedade e revendem terras, que estavam previamente sob a posse de pequenos proprietários, a preços muito baixos. A governança inadequada no que se refere à aquisição da terra exacerba o conflito social, particularmente entre comunidades rurais e companhias de reflorestamento, sobre terras contestadas. O conflito entre os produtores de carvão vegetal e seus intermediários, de um lado, com as companhias de IMPFs e as autoridades ambientais, de outro, é causada em parte pela demanda da indústria do aço e pela mineração.

A responsabilidade social das empresas vem motivando um esforço para suprir falhas na governança através do apoio a programas geradores de alimentos ou de renda. Por exemplo, podem ser citadas: a produção integrada de eucalipto e alimentos para complementar a renda das famílias rurais; iniciativas de artesanato utilizando polpa de eucalipto, cavacos e madeira; apoio ao desenvolvimento econômico local (cooperativas de produtores de carvão vegetal e de costureiras); e planos de investimentos sociais corporativos que proporcionem assistência técnica e treinamento para o desenvolvimento de canteiros de mudas, projetos agro-florestais e planos de manejo da terra. Embora a definição dos termos das parcerias entre empresas e comunidades ainda esteja em seus estágios iniciais em muitos casos, parcerias têm sido estabelecidas e as duas partes estão trabalhando para identificar necessidades e objetivos.

Como na China e na Indonésia, a escala desempenha um papel muito importante na determinação das opções de uso da terra disponíveis. Apesar do crescente investimento no Brasil, o acesso ao crédito e ao financiamento é diferente para companhias, para pequenos proprietários rurais e para comunidades rurais. Outro paralelo entre Brasil e Indonésia é que os dois países detêm extensões mundialmente significativas de florestas naturais que proporcionam benefícios e serviços ecossistêmicos. Nos dois países, áreas de florestas naturais correm o risco de ser convertidas para outros usos. Ocorre que, no Brasil, a atual expansão das IMPFs não se faz à custa de florestas nativas. Além de manter um mínimo de 20% de suas terras cobertas por reservas de mata nativa, de acordo com a lei brasileira, algumas companhias têm adotado medidas voluntárias tais como a participação em programas de crédito de carbono e sistemas de certificação.

Da mesma forma que na Indonésia e em outros países, o trabalho terceirizado desempenha papel chave nas operações das IMPFs. Enquanto as companhias proporcionam aos fomentados meios para iniciar a produção e orientação técnica para converter suas terras em plantações de eucalipto produtivas, os empregados terceirizados não têm a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários de que os empregados permanentes desfrutam. A monitoração de um número tão grande de fomentados no que respeita a padrões sociais e ambientais (isto é, condições básicas de trabalho, legalidade dos contratos, manutenção das áreas de preservação, certificação da madeira) está além da capacidade da maioria das companhias no momento.

Temas recém-levantados

Vários assuntos que impactam o gerenciamento de IMPFs emergiram fortemente nas visitas de campo realizadas no Brasil, ecoando – em alguns casos – aqueles encontrados na China e na Indonésia.

- Falta de planejamento do uso da terra em áreas onde os reflorestamentos estão se expandindo.
- Competição com outros setores industriais e agrícolas pela utilização da terra.
- A necessidade de “co-responsabilidade” entre companhias, comunidades, e governo, e as oportunidades para as companhias de IMPFs tomarem a iniciativa, na qualidade de “cidadãos corporativos”.
- Extensão potencial e limites de envolvimento governamental no desenvolvimento rural.
- A necessidade de um processo de diálogo social efetivo com comunidades locais acerca de opções e processos de desenvolvimento rural.
- A necessidade de um processo efetivo de resolução de conflitos entre as companhias de reflorestamento e as comunidades.

O planejamento do uso de terra no Brasil é complicado por um alto grau de insegurança dos títulos de posse. Embora haja exemplos de esforços de planejamentos cooperativos entre companhias e comunidades que têm recuperado terras tradicionais, os planos de administração da terra têm ainda que ser integrados numa escala apropriada, e há uma notável falta de participação governamental. As IMPFs brasileiras ocupam um pequena quantidade de terra em relação aos setores competidores tais como pastagem e agricultura (café, frutas), e parecem não existir esforços de planejamento de uso setorial compartilhado da terra. A legislação atual favorece o uso da terra para outras finalidades em relação ao uso para implantação de IMPFs. A pesquisa e o



Vilson Benedito Jaguarete

desenvolvimento de IMPFs estão limitados às espécies exóticas, sendo que a plantação de espécies nativas e o manejo sustentável de florestas têm sido exploradas em uma escala muito pequena.

Apesar de recentes conflitos entre companhias e comunidades rurais (neste caso, quilombolas e grupos indígenas), há relações estabelecidas entre os dois e um interesse mútuo em uma futura associação. Produtores de carvão vegetal, indígenas e quilombolas têm expressado uma disposição para participar no novo ciclo de desenvolvimento do Brasil e têm algumas idéias concretas de onde e como começar. Eles procuram orientação no desenvolvimento de atividades de subsistência econômica sustentável que irão lhes oferecer uma melhor qualidade de vida. Companhias e comunidades expressam o desejo de abandonar o sistema de doações por parte das empresas e partir para a “co-responsabilidade”, um modelo que se baseia na especialização e recursos corporativos e na visão e identificação de necessidades por parte da comunidade. Os dois lados identificam a necessidade de que o governo desempenhe o seu papel e de um contínuo diálogo entre todos os três.



A natureza fortemente bairrista dos políticos brasileiros foi citada repetidamente como uma barreira para o desenvolvimento sustentável de IMPFs e para o planejamento do uso da terra. Enquanto havia muitos pedidos para o aumento do envolvimento do governo em áreas desde a expansão da base de silvicultura até a conservação da Mata Atlântica, foi reconhecido que as diferenças contextuais no Brasil apresentam um significativo desafio para soluções abrangentes. Devido às distinções entre os governos estaduais, uma solução que poderia funcionar no Espírito Santo é de eficácia improvável no Rio Grande do Sul ou mesmo no vizinho estado da Bahia. E, apesar do suporte de alguns governos estaduais ao desenvolvimento das IMPFs, mecanismos nacionais não encorajam reflorestamentos. Não há incentivos para fazendeiros plantarem árvores em lugar de outros cultivos e leis complexas e restritivas favorecem outras lavouras, tais como soja e arroz.



Desenvolvimento social e problemas de justiça foram salientados durante o diálogo do Brasil, graças à forte representação e participação de comunidades locais e rurais. As evidentes necessidades e a crescente firmeza de posição das comunidades locais ressaltaram a importância do engajamento efetivo dos stakeholders e a necessidade de um processo de diálogo social.



O Caminho à frente

Na sessão final, os participantes do diálogo foram solicitados a identificar os problemas sociais e de meio ambiente mais importantes em relação à administração das IMPFs no Brasil e a propor os próximos passos concretos para a sua resolução. As seguintes sugestões são um resultado dessas sessões. Houve um consenso de que a associação entre todos os setores será essencial para o sucesso dos esforços futuros.

Ambiental

- ➔ O zoneamento foi identificado como um passo crítico no planejamento do uso do solo e na identificação das áreas de conservação. Avaliações ambientais periodicamente atualizadas conduzidas pelas companhias e ONGs podem proporcionar a informação necessária para facilitar as decisões relativas ao zoneamento e orientar a administração corrente.
- ➔ A promoção das espécies nativas é crucial para conservar a cobertura florestal natural do Brasil. Recursos poderiam ser usados para manter a pesquisa aplicada, promover esforços de plantação de árvores nativas e criar uma cadeia produtiva de espécies nativas.



Manoel Pedro Serafim

- ➔ A restauração de áreas degradadas é um importante passo a ser colocado em prática tanto em terras pertencentes às companhias quanto nas pertencentes aos fomentados ou em outros setores. A metodologia de restauração do manual/pacto da Mata Atlântica pode ser utilizada.
- ➔ Incentivos à Conservação: A criação formal de RPPN's (Reserva Privada de Patrimônio Natural) em áreas de alto valor de conservação pode ser estendida aos fomentados. Incentivos financeiros governamentais (isenções de taxas) e reconhecimento de melhores práticas podem servir como incentivos adicionais para a conservação e evitar a conversão de áreas naturais em IMPFs.
- ➔ Manejo de impactos em áreas adjacentes dos plantios arbóreos: Utilizando uma abordagem sistêmica, as companhias podem interagir com as comunidades afetadas para administrar os impactos ambientais de suas operações. Além de avaliar as opções de uso do solo em uma base individual, as companhias podem criar áreas de amortecimento entre as áreas de reflorestamento e as comunidades impactadas. Monitoração ambiental e atividades qualitativas (p. Ex, certificação e melhores práticas) também podem ajudar a administrar o impacto das IMPFs.
- ➔ As instituições reponsáveis pela aplicação da lei podem ser fortalecidas para reduzir os crimes ambientais, desmatamento ilegal e incêndios florestais. A parceria com as autoridades pode também ser útil para enfrentar os especuladores e grileiros.
- ➔ O envolvimento de outros setores – tais como a indústria de aço – será importante, dado seu papel nas mudanças no uso do solo e na produção clandestina de carvão vegetal.

Social

- ➔ Impacto social: a inclusão dos impactos sociais das atividades relativas às IMPFs nas comunidades adjacentes será importante para expandir os critérios de avaliação de impacto.
- ➔ Distribuição de benefícios: as companhias podem ajudar as comunidades locais na geração de alternativas econômicas mediante acordos para o arrendamento de terras das IMPFs e proporcionando opções de financiamento para facilitar a compra de terras comunitárias.
- ➔ Reforma tributária: mudanças de longo prazo serão necessárias para tornar mais justas a coleta e distribuição de tributos. O aumento da capacidade do governo local pode facilitar mecanismos para aumentar a transparência e controlar as despesas públicas.
- ➔ O diálogo social será essencial para reduzir os impactos sociais das atividades das de plantios arbóreos de manejo intensivo e deve ser conduzido em diversos níveis: comunitário, municipal e regional. A geração de espaço para diálogo com as autoridades e outros stakeholders pode ajudar os municípios no planejamento do uso do solo.
- ➔ Alternativas econômicas para as comunidades: O apoio às comunidades locais e a disponibilização de terras para a produção rural podem contribuir para reduzir a dependência em fontes ilegais de madeira. O envolvimento governamental poderá expandir essas iniciativas, bem como ressaltar o papel do intermediário na produção ilegal de carvão vegetal.

Os Próximos passos do TFD

O encontro no Brasil é o último dos três diálogos regionais que compuseram a série de diálogos sobre IMPFs. Em junho, membros do Comitê Diretor do TFD irão se reunir para estudar a série de três anos e esboçar um relatório das conclusões e recomendações mais importantes. A publicação final deverá estar completa e disponível para o público em outubro de 2008.

Leituras e Informações Adicionais

Resumos das reuniões e material sobre todos os diálogos da série sobre plantios arbóreos de manejo intensivo do TFD estão disponíveis em nossa página na internet. Para maiores informações sobre o Diálogo das Florestas, por favor visite a página www.theforestdialogue.org ou envie e-mail para info@theforestdialogue.org.



Adenildo Conceição dos Santos,
Carlitos Fernandes Felix e Luiz
Carlos Zambi Barreto



Luiz Cornacchioni e
Marina Carlini



Laudinho Santos Souza



Leodonio Costa Ferreira e
Cleusa de Brito Fereria

Agradecimentos

O TFD agradece aos Dirigentes do Diálogo sobre IMPFs no Brasil: James Griffiths, André Guimarães, Peter Kanaowski e Carlos Roxo. Fica também o nosso agradecimento especial à Aracruz e Suzano por acolherem o Diálogo e proporcionarem as visitas de campo e ao Instituto Bioatlântica pelo auxílio à organização evento. Também gostaríamos de registrar o apoio adicional recebido do WBCSD e da Conservation International.

Participantes do Diálogo

Eliane Anjos	Veracel
Daniel Arancibia	WWF US
Pablo Armand-Ugon	Weyerhaeuser Uruguay
Oscar Artaza	Flora Brasil
JoãoAugusti	Votorantim Celulose e Papel
Tasso Azevedo	Serviço Florestal Brasileiro
Giovana Baggio	TNC-Brasil
Wilson Benedito de Oliveira	Tupiniquim-Guarani
Marina Carlini	Suzano Papel e Celulose
Adenildo Conceicao dos Santos	Cooperativa de Carvoeiros Nova Chance
Luís Cornacchioni	Suzano Papel e Celulose
Elizabeth de Carvalhaes	Brazilian Pulp and Paper Association
Alexandre Di Ciero	Suzano Papel e Celulose
Christine Dragisic	Conservation International
Gary Dunning	The Forests Dialogue
Peter Gardiner	Mondi
James Griffiths	WBCSD
André Guimarães	Instituto BioAtlântica
Martha Hodgkins	The Nature Conservancy
Peter Kanowski	Australian National University
Skip Krasny	Kimberly-Clark
Joao Vicente Laguenes	IBAM
Anders Lindhe	Consultant
Luciano Lisbão	Aracruz Celulose
Mario Mantovani	Fundacao SOS Mata Atlantica
Antti Marjokorpi	Stora Enso
Colin McKenzie	Global Forest Partners
Beto Mesquita	Instituto BioAtlântica
Hannah Murray	The Forests Dialogue
Li Nu Yun	State Forestry Administration China
Paulo Gustavo Prado	CI Brasil
Fran Price	The Nature Conservancy
Miriam Prochnow	APREMAVI e Diálogo Florestal para a Mata Atlântica
Linda Rosengren	FAO
Carlos Roxo	Aracruz

Relatório dos Dirigentes

Diálogo sobre Plantios Arbóreos de Manejo Intensivo no Brasil
13 – 17 de abril de 2008 - Vitória, Brasil

Paivi Salpakivi-Salomaa	UPM-Kymmene
Liz Sandler	American Forest Foundation
Valdemir Andrade Santana	Quilombola Association of Small Agricultors
Laudinho Santos Souza	Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura do Extremo Sul da Bahia
Manoel Pedro Serafim	Quilombola Association of Small Agricultors
Stella Schons	The Forests Dialogue
Elizete Siqueira	Rede de ONGs da Mata Atlantica
Pedro Strozenberg	ISER
Rodney Taylor	WWF International
Kathia Vasconcelos	Ambientalista do Rio Grande do Sul
Emmanuel Ze Meka	International Tropical Timber Organization

Presenters - Field Tour Only

Agroforestry Systems

Cleber Lecco Bertazo	Cachoeirinha do Riacho Community
Geraldo Messias Sabino	Santa Rosa Community
Armando Vieira	Aracruz

Fomentado

Leodonio Costa Ferreira	Fazenda Jasmim Branco
Cleusa de Brito Ferreira	Fazenda Jasmim Branco
Remi Bertol	Suzano

Charcoal Makers

Luiz Carlos Barreto	Cooperativa de Carvoeiros Nova Chance
Carlitos Fernandes Felix	Cooperativa de Carvoeiros Nova Chance
Nirtes	Cooperativa de Costureiras de Juerana

Harvesting and Labor

Davi Gomes	Workers Union
Zoe Donatti	Aracruz
Rodrigo Zagonel	Aracruz

Indigenous Community

Vilson Benedito Jaguarete	Aldeia Tupiniquim Caieiras Velhas
Eraldo Santana Almeida	Associação Indígena Tupiniquim-Guarani
Edneia	Nova Iraja Guarani

The work of The Forests Dialogue is implemented by a Secretariat hosted at the School of Forestry and Environmental Studies at Yale University in the United States (F&ES). TFD is an autonomous network of individuals, governed by a Steering Committee comprising representatives of major forest stakeholder groups. The statements, reports, and findings of TFD do not necessarily represent the views of the F&ES Faculty or Yale University.